ISSN: 2358-8829

ALFABETIZAÇÃO INTERCULTURAL EM LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA: desafios e práticas pedagógicas em uma escola indígena do povo Noke Koĩ do Acre

Djalma Barboza Enes Filho [1]

INTRODUÇÃO

A alfabetização em contextos indígenas constitui um campo de investigação que exige considerar as relações entre língua, cultura, identidade e escolarização, particularmente quando o processo de apropriação da leitura e da escrita ocorre em uma língua distinta daquela utilizada pelas crianças em suas experiências familiares e comunitárias. Nessas circunstâncias, o ensino da língua portuguesa não pode ser compreendido exclusivamente como aquisição de conhecimentos relativos ao sistema de escrita alfabética, uma vez que envolve relações sociolinguísticas historicamente constituídas, diferentes formas de produção e circulação de conhecimentos e concepções de educação que nem sempre encontram correspondência nas práticas escolares convencionais. Trata-se, portanto, de reconhecer que a aprendizagem de uma segunda língua, no âmbito da educação escolar indígena, pressupõe uma abordagem pedagógica capaz de estabelecer relações entre os conhecimentos escolares e os repertórios linguísticos e culturais dos estudantes.

Nesse debate, a alfabetização e o letramento assumem particular relevância. Soares (2004) distingue a aprendizagem do sistema convencional de escrita da participação nas práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita, ressaltando, ao mesmo tempo, a necessidade de articulação entre esses processos. Essa compreensão permite problematizar propostas de ensino que restringem a alfabetização à identificação de letras, à correspondência entre grafemas e fonemas ou à reprodução de palavras e frases descontextualizadas. Em ambientes escolares indígenas, a questão adquire contornos ainda mais complexos, pois as práticas de leitura e escrita precisam dialogar com experiências culturais, formas de comunicação e conhecimentos constituídos em diferentes espaços de convivência. A contribuição de Ferreiro e Teberosky (1999), ao evidenciarem o caráter construtivo da aprendizagem da escrita, também oferece

[1] Professor e pesquisador da Universidade Federal do Acre (UFAC), Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), djalma.filho@ufac.br.

ISSN: 2358-8829

elementos para compreender a necessidade de práticas pedagógicas que considerem os conhecimentos e as experiências linguísticas dos estudantes.

A discussão sobre o ensino de português como segunda língua, entretanto, requer uma atenção específica à relação entre os idiomas presentes no cotidiano escolar. A língua materna não representa apenas um instrumento de comunicação, mas constitui uma dimensão fundamental da memória coletiva, dos conhecimentos tradicionais e das formas de interpretação do mundo. Baniwa (2014) chama a atenção para a centralidade das línguas indígenas na constituição das identidades e das cosmovisões dos povos originários. Nessa perspectiva, a aprendizagem da língua portuguesa pode ampliar as possibilidades de interlocução e participação dos estudantes em diferentes espaços sociais, desde que não se estabeleça mediante a desvalorização ou substituição da língua indígena. O desafio pedagógico consiste, assim, em construir situações de aprendizagem nas quais o acesso à segunda língua seja acompanhado pelo reconhecimento e fortalecimento da primeira.

É nesse horizonte que se situa a realidade da Escola Indígena Yositi Shovo Tãmãkãyã, localizada na Terra Indígena Campinas Katukina, no município de Cruzeiro do Sul, Acre, pertencente ao povo Noke Koĩ. A instituição desenvolve suas atividades em um contexto no qual a língua indígena, denominada noke vana, integra a vida comunitária e os processos de construção e transmissão de conhecimentos. Conforme identificado na investigação que fundamenta este artigo, a escolarização inicial privilegia a língua materna, enquanto a introdução sistemática do português como segunda língua ocorre a partir do 4º ano do Ensino Fundamental. Essa organização confere particular importância às práticas pedagógicas desenvolvidas nas turmas de 4º e 5º ano, período em que os estudantes passam a estabelecer relações mais sistemáticas com a leitura e a escrita em português.

A presença de professoras não indígenas nesse processo acrescenta uma dimensão relevante à problemática investigada. As diferenças entre os repertórios linguísticos de docentes e estudantes podem interferir na comunicação em sala de aula, na compreensão das atividades propostas e na mediação dos conhecimentos escolares. Ao mesmo tempo, a organização do ensino demanda estratégias que aproximem os conteúdos da realidade cultural dos estudantes, evitando que a língua portuguesa seja apresentada como um conhecimento desvinculado de suas experiências. A participação de professores indígenas, a utilização de recursos bilíngues e a valorização dos saberes comunitários constituem possibilidades de enfrentamento dessas dificuldades, embora sua efetivação dependa das condições concretas de funcionamento da escola.

ISSN: 2358-8829

Diante dessas questões, a pesquisa orienta-se pelo seguinte problema: como se desenvolvem as práticas pedagógicas de alfabetização e letramento em língua portuguesa como segunda língua na Escola Indígena Yositi Shovo Tãmãkãyã e quais desafios e estratégias caracterizam esse processo em um contexto escolar intercultural e bilíngue? A investigação parte do entendimento de que as dificuldades observadas no ensino de português não podem ser atribuídas exclusivamente aos estudantes ou às particularidades de sua língua materna, devendo ser analisadas em relação às condições pedagógicas, linguísticas e institucionais nas quais ocorre a aprendizagem.

O objetivo geral consiste em analisar as práticas pedagógicas de alfabetização e letramento em língua portuguesa como segunda língua desenvolvidas na Escola Indígena Yositi Shovo Tãmãkãyã, identificando os principais desafios enfrentados por professores e estudantes e as estratégias mobilizadas no processo de ensino e aprendizagem. Especificamente, busca-se compreender as percepções dos profissionais da instituição acerca do ensino de português, examinar a organização das atividades pedagógicas destinadas às turmas de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental e discutir as relações entre as práticas de alfabetização, o bilinguismo e a valorização da identidade linguística e cultural do povo Noke Koĩ.

METODOLOGIA

A investigação foi desenvolvida mediante uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva, tendo como objeto de análise as práticas pedagógicas de alfabetização e letramento em língua portuguesa como segunda língua na Escola Indígena Yositi Shovo Tãmãkãyã, situada na Terra Indígena Campinas Katukina, no município de Cruzeiro do Sul, Acre. A escolha dessa abordagem decorre da necessidade de compreender o fenômeno educacional em sua relação com as condições linguísticas, culturais e institucionais nas quais se realiza, considerando as experiências dos sujeitos envolvidos e os significados atribuídos às práticas escolares.

O campo empírico corresponde à Escola Indígena Yositi Shovo Tãmãkãyã, pertencente ao povo Noke Koĩ. A escolha da instituição está relacionada à organização de uma proposta de escolarização na qual a língua indígena, denominada noke vana, ocupa lugar relevante nas experiências formativas dos estudantes, enquanto o ensino sistemático da língua portuguesa como segunda língua é introduzido em etapa posterior da escolarização. Essa característica torna a instituição um espaço significativo para investigar as possibilidades e os desafios da alfabetização em uma realidade marcada pela coexistência de diferentes línguas e referências culturais.

ISSN: 2358-8829

Participaram da investigação três profissionais vinculados à instituição: duas professoras que atuavam no processo de ensino da língua portuguesa e o diretor da escola. A inclusão desses participantes possibilitou reunir perspectivas relacionadas tanto à organização e à execução das atividades pedagógicas quanto às condições institucionais que interferem no desenvolvimento do ensino bilíngue e intercultural.

A produção dos dados ocorreu mediante entrevistas semiestruturadas e análise documental. As entrevistas foram utilizadas para conhecer as percepções dos participantes sobre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes na aprendizagem da língua portuguesa, os recursos didáticos disponíveis, as estratégias de ensino empregadas e as relações entre a língua materna e a segunda língua no cotidiano escolar. A opção por esse instrumento permitiu abordar questões previamente relacionadas aos objetivos da investigação, preservando a possibilidade de aprofundamento de aspectos considerados relevantes pelos entrevistados.

A análise documental contemplou materiais pedagógicos da instituição e planos de aula das turmas de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental. O exame desses documentos teve como finalidade identificar a organização das propostas de alfabetização e letramento, os conteúdos selecionados, as atividades destinadas à aprendizagem do português e as possibilidades de articulação entre o planejamento docente e as especificidades sociolinguísticas dos estudantes.

A utilização de diferentes fontes de informação possibilitou estabelecer relações entre as percepções dos profissionais e os registros que orientam o trabalho pedagógico. Nesse sentido, a investigação não se restringiu ao discurso dos participantes, buscando também compreender de que maneira determinadas concepções e estratégias de ensino se expressavam nos documentos escolares.

Para a interpretação dos dados, adotou-se a triangulação simples, mediante a articulação das informações provenientes das entrevistas, da análise documental e do referencial teórico. Esse procedimento permitiu examinar aproximações, diferenças e complementaridades entre as fontes consultadas, favorecendo uma compreensão mais abrangente dos aspectos investigados.

A sistematização analítica foi orientada por três eixos relacionados aos objetivos do estudo: as dificuldades linguísticas presentes no ensino e na aprendizagem do português como segunda língua; a organização das práticas pedagógicas e a disponibilidade de recursos didáticos contextualizados; e as relações entre alfabetização, interculturalidade e valorização da língua materna. Esses eixos constituíram referências para a interpretação dos dados, sem pressupor que as experiências escolares pudessem ser reduzidas a categorias rígidas ou independentes entre si.

ISSN: 2358-8829

Por fim, cabe destacar que o estudo apresenta um recorte institucional delimitado, com participação de três profissionais e análise de documentos relativos às turmas investigadas. Seus resultados, portanto, não pretendem representar a totalidade das experiências de alfabetização desenvolvidas nas escolas indígenas do Acre, mas contribuir para a compreensão de desafios e possibilidades que se manifestam em uma realidade educacional concreta.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação escolar indígena no Brasil deve ser compreendida à luz da passagem de um modelo historicamente assimilacionista para o reconhecimento do direito dos povos originários a processos próprios de aprendizagem. A Constituição Federal de 1988 assegura a utilização das línguas maternas e dos processos próprios de aprendizagem (Brasil, 1988), enquanto a Lei nº 9.394/1996, especialmente nos artigos 78 e 79, orienta a oferta de educação escolar indígena intercultural e bilíngue (Brasil, 1996). O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (Brasil, 1998) reafirma a importância de currículos vinculados às realidades sociolinguísticas e culturais das comunidades. Entretanto, a existência dessas garantias não elimina as dificuldades de sua concretização nas práticas de sala de aula.

Nessa perspectiva, a interculturalidade não se reduz à inserção ocasional de elementos culturais no currículo: exige reconhecer os conhecimentos indígenas como constitutivos do processo educativo e estabelecer relações não hierarquizadas entre saberes e línguas. Luciano (2006) situa a apropriação da escola pelos povos indígenas no movimento de afirmação de identidades e direitos. Assim, aprender português não deve significar abandonar a língua originária, mas ampliar possibilidades de comunicação e participação social, preservando-se a centralidade do noke vana na vida comunitária e na formação das crianças.

A distinção entre alfabetização e letramento também contribui para analisar esse processo. Soares (2004) ressalta a especificidade da apropriação do sistema de escrita e sua articulação com os usos sociais da linguagem. Ferreiro e Teberosky (1999), ao conceberem a criança como sujeito ativo na construção de conhecimentos sobre a escrita, permitem questionar práticas que desconsideram repertórios linguísticos anteriores. Em contextos de português como segunda língua, é particularmente importante não confundir a familiaridade ainda limitada com o idioma escolar com ausência de conhecimentos ou incapacidade de aprender.

O bilinguismo intercultural requer, portanto, mediação pedagógica capaz de mobilizar a língua materna, conhecimentos comunitários e materiais contextualizados, sem restringir o acesso dos estudantes a novos gêneros e práticas de leitura e escrita. A atuação articulada entre

ISSN: 2358-8829

professores indígenas e não indígenas pode favorecer a compreensão das atividades e o trânsito entre as duas línguas. É a partir desse entendimento, que reúne direitos linguísticos, alfabetização e práticas sociais da escrita, que se examinam as experiências pedagógicas da Escola Indígena Yositi Shovo Tãmãkãyã.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados produzidos na Escola Indígena Yositi Shovo Tãmãkãyã evidencia que a alfabetização em língua portuguesa como segunda língua se desenvolve em um contexto marcado pela coexistência de diferentes repertórios linguísticos e culturais, cuja articulação representa uma das principais exigências do trabalho pedagógico. As informações provenientes das entrevistas com duas professoras e o diretor da instituição, associadas à análise dos documentos pedagógicos e dos planos de aula das turmas de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, permitem identificar desafios que ultrapassam a aprendizagem das convenções da escrita e alcançam as condições de comunicação, a organização curricular e a valorização dos conhecimentos do povo Noke Koĩ.

Para compreender esses resultados, a discussão foi organizada em três eixos analíticos: as dificuldades linguísticas e suas implicações para o ensino de português; as práticas pedagógicas e os materiais didáticos utilizados no processo de alfabetização; e as relações entre bilinguismo, interculturalidade e preservação da língua materna. Essa organização permite examinar as particularidades de cada dimensão sem perder de vista as relações que estabelecem entre si no cotidiano escolar.

Um dos principais desafios identificados na investigação refere-se à comunicação entre as professoras não indígenas e os estudantes, considerando que o português não constitui a língua materna das crianças. Essa condição interfere diretamente nas possibilidades de mediação pedagógica, uma vez que a compreensão das orientações, dos conteúdos e das atividades escolares depende também do domínio da língua utilizada nas interações em sala de aula.

A investigação situa o ensino sistemático da língua portuguesa a partir do 4º ano do Ensino Fundamental, após uma etapa inicial de escolarização na língua indígena, o noke vana. Essa organização evidencia a importância atribuída à língua materna na formação escolar e, simultaneamente, apresenta desafios específicos para a introdução de uma segunda língua. Os estudantes precisam ampliar seus conhecimentos linguísticos em português enquanto participam de atividades que exigem compreensão oral, leitura, escrita e interpretação de textos.

ISSN: 2358-8829

A compreensão dessas dimensões aproxima-se das discussões de Soares (2004), ao evidenciar que a alfabetização não se esgota na aprendizagem do sistema de escrita, devendo articular-se às práticas sociais de leitura e escrita. Entretanto, no contexto investigado, essa articulação exige considerar uma condição adicional: a participação nas práticas de letramento em português ocorre simultaneamente à aprendizagem de uma língua que não é a primeira dos estudantes.

A presença de professoras não indígenas acrescenta complexidade a esse cenário. Quando docentes e estudantes não compartilham plenamente os mesmos conhecimentos linguísticos, a comunicação pedagógica pode depender de estratégias adicionais de explicação, contextualização e mediação. A dificuldade não reside exclusivamente na compreensão das palavras em português, mas também nas possibilidades de estabelecer relações entre os conteúdos apresentados e os conhecimentos previamente construídos pelos estudantes.

Desse modo, os resultados indicam que a formação docente para atuação em contextos indígenas precisa contemplar conhecimentos sobre bilinguismo, ensino de português como segunda língua e práticas pedagógicas interculturais. O domínio dos conteúdos escolares e das metodologias convencionais de alfabetização, embora importante, não é suficiente para responder às particularidades de uma realidade em que a diferença linguística constitui elemento estruturante do processo educativo.

Outro aspecto relevante identificado na investigação diz respeito à organização das práticas pedagógicas e à disponibilidade de materiais didáticos adequados às especificidades linguísticas e culturais dos estudantes. A análise dos documentos escolares e dos planos de aula das turmas de 4º e 5º ano, articulada às informações das entrevistas, permite compreender que a alfabetização em português como segunda língua demanda estratégias que ultrapassem a utilização de atividades elaboradas para contextos escolares predominantemente monolíngues.

A escassez de materiais didáticos contextualizados à cultura do povo Noke Koĩ constitui uma das dificuldades apontadas no resumo aprovado da pesquisa. Esse resultado merece atenção porque os materiais utilizados no ensino da leitura e da escrita não são instrumentos neutros. Os textos, as imagens, as situações comunicativas e os conhecimentos selecionados para as atividades escolares expressam determinadas concepções de língua, cultura e aprendizagem.

A investigação permite discutir a importância de estratégias pedagógicas que aproximem o ensino de português das experiências dos estudantes. Entre as possibilidades de trabalho identificadas na pesquisa original, destacam-se atividades envolvendo poemas, parlendas, alfabeto móvel, ditados e propostas bilíngues. Esses procedimentos apresentam potencialidades

ISSN: 2358-8829

distintas e precisam ser compreendidos em relação aos objetivos de aprendizagem que orientam sua utilização.

O trabalho com poemas e parlendas, por exemplo, pode favorecer experiências com a sonoridade, o ritmo e a organização da linguagem, além de criar oportunidades para o desenvolvimento da oralidade e da leitura. O alfabeto móvel pode contribuir para atividades de reflexão sobre a composição das palavras e as relações entre unidades gráficas. Os ditados, por sua vez, podem oferecer informações sobre conhecimentos relativos à escrita, desde que não sejam utilizados exclusivamente como instrumentos de verificação de erros e acertos.

A produção de materiais didáticos específicos constitui, assim, uma necessidade que ultrapassa a adequação superficial de conteúdos. Trata-se de desenvolver recursos que considerem os conhecimentos linguísticos dos estudantes, as formas de organização da vida comunitária e as possibilidades de articulação entre o noke vana e o português. Essa produção demanda participação dos profissionais indígenas e diálogo com a comunidade, evitando representações externas que reduzam a complexidade dos conhecimentos tradicionais.

As relações entre o ensino da língua portuguesa e a preservação da língua materna constituem uma dimensão central dos resultados da investigação. Na Escola Indígena Yositi Shovo Tãmãkãyã, o processo de alfabetização ocorre em um contexto no qual o noke vana participa da constituição das experiências linguísticas, culturais e identitárias dos estudantes. A introdução do português como segunda língua, portanto, não representa apenas a aprendizagem de um novo código linguístico, mas envolve a ampliação das possibilidades de comunicação e de participação em práticas sociais distintas daquelas tradicionalmente vivenciadas na comunidade.

A participação do professor de língua materna nas atividades de mediação linguística, identificada na pesquisa original, constitui uma possibilidade de aproximação entre os conteúdos apresentados em português e os conhecimentos dos estudantes. Essa colaboração pode contribuir para esclarecer enunciados, estabelecer relações entre expressões linguísticas e favorecer a compreensão das atividades propostas. Sua relevância, contudo, ultrapassa a tradução de informações, uma vez que os profissionais indígenas também mobilizam conhecimentos sobre a comunidade, as formas de comunicação e os significados culturais associados à língua.

Essa dimensão evidencia a necessidade de compreender o trabalho pedagógico como uma construção coletiva. A articulação entre professores indígenas e não indígenas pode ampliar as possibilidades de planejamento e de desenvolvimento de estratégias adequadas às características dos estudantes. Para isso, é necessário que os conhecimentos dos profissionais

ISSN: 2358-8829

indígenas sejam reconhecidos como componentes legítimos da prática educativa, e não apenas como recursos auxiliares para superar dificuldades de comunicação.

No caso investigado, a valorização do noke vana apresenta implicações que ultrapassam a preservação de um patrimônio linguístico. A língua materna participa das formas pelas quais os estudantes compreendem o mundo, estabelecem relações de pertencimento e acessam os conhecimentos de sua comunidade. Sua presença na escola, portanto, constitui uma condição para que a educação diferenciada se desenvolva em consonância com os direitos culturais e linguísticos do povo Noke Koĩ.

A análise também permite problematizar a compreensão de que a aprendizagem do português e o fortalecimento da língua indígena representariam objetivos incompatíveis. Essa oposição desconsidera as possibilidades de uma educação bilíngue orientada pela ampliação dos repertórios linguísticos dos estudantes. O acesso à língua portuguesa pode contribuir para a participação em diferentes espaços sociais, enquanto a continuidade do ensino e da utilização da língua materna fortalece as relações de pertencimento e a transmissão dos conhecimentos comunitários.

Os resultados da investigação apontam, assim, para a necessidade de fortalecer processos de formação docente que contemplem as particularidades do ensino de português como segunda língua, ampliando as possibilidades de colaboração entre os profissionais da escola. Da mesma forma, evidenciam a importância de produzir materiais didáticos que favoreçam a circulação de conhecimentos entre as línguas, respeitando as especificidades culturais e identitárias dos estudantes.

Desse modo, os três eixos analisados permitem compreender que os desafios da alfabetização em português como segunda língua não constituem problemas independentes. As condições de comunicação interferem na organização das atividades; a disponibilidade de materiais influencia as possibilidades de contextualização; e o reconhecimento da língua materna participa diretamente da construção de práticas pedagógicas significativas. A articulação dessas dimensões evidencia que a efetivação de uma educação escolar indígena bilíngue e intercultural depende de condições institucionais, pedagógicas e formativas que assegurem o direito dos estudantes à aprendizagem da língua portuguesa e à valorização de sua identidade linguística e cultural.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre as práticas pedagógicas de alfabetização e letramento em língua portuguesa como segunda língua na Escola Indígena Yositi Shovo Tãmãkãyã, pertencente ao povo Noke Koĩ, possibilitou compreender que os desafios desse processo não se restringem à apropriação do sistema de escrita alfabética. Envolvem, sobretudo, as condições linguísticas, culturais e pedagógicas nas quais se desenvolve a aprendizagem, evidenciando a necessidade de propostas educativas que reconheçam a especificidade da educação escolar indígena e assegurem a articulação entre o ensino da língua portuguesa e a valorização da língua materna.

A análise das entrevistas realizadas com duas professoras e o diretor da instituição, em diálogo com os documentos pedagógicos e os planos de aula das turmas de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, permitiu identificar três aspectos centrais: as dificuldades de comunicação entre professoras não indígenas e estudantes; a disponibilidade limitada de materiais didáticos contextualizados à realidade sociocultural do povo Noke Koĩ; e as tensões presentes na relação entre a aprendizagem do português e a continuidade do uso e da valorização do noke vana. Esses aspectos, embora apresentem particularidades, encontram-se relacionados e interferem nas possibilidades de organização de práticas de alfabetização efetivamente interculturais.

No que se refere às práticas pedagógicas, os resultados apontam para a importância da utilização de estratégias que aproximem o ensino da segunda língua das experiências socioculturais dos estudantes. As atividades identificadas na investigação revelam possibilidades de trabalho com a oralidade, a leitura e a escrita, mas também evidenciam que a efetividade dessas propostas depende das condições de planejamento, da mediação docente e da disponibilidade de recursos didáticos adequados. A contextualização cultural, nesse sentido, não pode ser compreendida como simples adaptação de conteúdos previamente definidos, mas como uma dimensão da própria organização do ensino, mediante a qual os conhecimentos escolares estabelecem relações com os saberes, as práticas sociais e as formas de expressão da comunidade.

A análise também reafirma a centralidade da língua materna na formação escolar dos estudantes. O noke vana não constitui apenas um meio de comunicação utilizado fora da escola, mas integra as experiências por meio das quais as crianças constroem conhecimentos, estabelecem vínculos de pertencimento e participam da vida comunitária. Sua valorização no ambiente escolar representa, portanto, uma condição fundamental para a efetivação dos princípios da educação indígena diferenciada, bilíngue e intercultural. Nessa perspectiva, a aprendizagem da língua portuguesa deve ampliar as possibilidades de participação dos

estudantes em diferentes práticas sociais, sem estabelecer relações de substituição ou subordinação que comprometam a continuidade da língua indígena.

Cabe considerar, entretanto, os limites da investigação. Por se tratar de um estudo qualitativo desenvolvido em uma instituição escolar específica, com a participação de três profissionais e a análise de documentos relativos a determinadas turmas, seus resultados não podem ser generalizados para a totalidade das escolas indígenas do Acre. Além disso, o recorte metodológico não permite estabelecer conclusões sobre a evolução do desempenho individual dos estudantes ou mensurar os efeitos das estratégias pedagógicas identificadas. A contribuição do estudo reside na compreensão das condições em que se organiza o ensino de português como segunda língua e na identificação de questões que merecem aprofundamento em outras investigações.

Conclui-se que a efetivação de uma alfabetização intercultural em língua portuguesa como segunda língua exige mais do que a adoção de procedimentos didáticos específicos. Pressupõe o reconhecimento dos direitos linguísticos dos povos indígenas, a construção de condições adequadas de ensino e a valorização dos conhecimentos que os estudantes trazem de suas experiências comunitárias. No contexto da Escola Indígena Yositi Shovo Tãmãkãyã, os desafios identificados reafirmam a necessidade de políticas educacionais e práticas pedagógicas que compreendam o bilinguismo não como obstáculo à escolarização, mas como uma dimensão constitutiva da formação dos estudantes. Assim, ensinar português em uma escola indígena significa ampliar possibilidades de acesso à leitura, à escrita e à participação social, preservando o direito de aprender a segunda língua sem renunciar à primeira.

Palavras-chave: Alfabetização; Educação Escolar Indígena; Interculturalidade.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula; Laced, 2019.

BANIWA, Gersem. **Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena**. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA, 2014. p. 14-28. [Dados editoriais do trabalho a conferir.]

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; SILVA, Rosa Helena Dias da. **Educação escolar indígena no Brasil: da escola para índios às escolas indígenas**. Ágora, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 124-150, jan./jun. 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília, DF: MEC, 1998.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **A representação da escola em um mito indígena**. Teias, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, jan./jun. 2001.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Do nacional ao local, do federal ao estadual: as leis e a educação escolar indígena**. In: MARFAN, Marilda Almeida (org.). Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores: educação escolar indígena. Brasília, DF: MEC/SEF, 2001.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília, DF: MEC; LACED/Museu Nacional, 2006.

POVO NOKE KOI. **Projeto Político Pedagógico da Yositi Shovo Tãmãkãyã**. Cruzeiro do Sul, AC: Secretaria de Educação, 2019.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel da. **As línguas indígenas na escola**. Signótica, v. 18, n. 2, p. 381-395, jul./dez. 2006.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Anual da ANPEd, Poços de Caldas, 2003.